

## **EJA: UMA MODALIDADE DE ENSINO MARCADA POR GÊNERO, CLASSE E RAÇA**

Flavia dos Santos Mattoso <sup>1</sup>  
Renan Gomes de Moura <sup>2</sup>

### **RESUMO**

De acordo com o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, do IBGE, em 2018, a taxa de analfabetismo entre a população negra era de 9,1%, cerca de cinco pontos percentuais superior à da população branca, de 3,9%. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), também do IBGE, o percentual de jovens negros fora da escola chega a 19%, enquanto a de jovens brancos é de 12,5%. Ressalta-se que a maior parte dos estudantes da EJA no Brasil se autodeclararam pretos e pardos, representando 74,9% dos matriculados (INEP, 2023). Observa-se também que 65,1% dos alunos da EJA têm menos de 40 anos, enquanto uma parte significativa, especialmente mulheres, tem mais de 40 anos e entre os estudantes com menos de 40 anos, 52,1% são homens, e entre os maiores de 40 anos, 59,2% são mulheres (EDUCA, 2023). O objetivo deste artigo é refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade de ensino que é profundamente influenciada pelos marcadores sociais de gênero, classe e raça. Para isso, foi realizada uma pesquisa documental, a partir da qual foram analisados documentos oficiais, políticas públicas e literatura acadêmica sobre a EJA. A análise foi orientada pela perspectiva da interseccionalidade, que foi utilizada como ferramenta analítica para compreender como os marcadores sociais interagem e influenciam as experiências dos alunos na EJA. Esse enfoque permitirá uma reflexão crítica sobre as desigualdades estruturais que permeiam a educação de jovens e adultos no Brasil.

**Palavras-chave:** EJA, Classe, Gênero, Raça, Educação.

### **INTRODUÇÃO**

Nosso estudo analisa em linhas gerais, como a educação, vista como fator de inclusão social e econômica vem favorecendo a exclusão dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e se justifica pela necessidade de ampliação dos debates públicos acerca da identidade e representatividade dos (as) negros (as) na sociedade atual. Esta sociedade de base escravocrata, como a brasileira, tem atribuído principalmente às mulheres negras, uma marca racial de inferioridade.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) [flaviamattoso@rioeduca.net](mailto:flaviamattoso@rioeduca.net)

<sup>2</sup> Doutor em Administração (UNIGRANRIO). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande, [renangmoura@gamil.com](mailto:renangmoura@gamil.com)



O objetivo deste artigo é refletir sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade de ensino que é profundamente influenciada pelos marcadores sociais de gênero, classe e raça.

Perante a realidade racial do Brasil emerge uma preocupação pertinente com essas relações étnico-raciais existentes no ambiente escolar: a escola tem conseguido mover seus discursos e ações no processo de reconhecimento da identidade negra e no combate ao racismo? Entendendo a escola como um espaço formador de saberes sociais e culturais é, indiscutivelmente, importante analisarmos como as escolas que possuem o segmento da EJA acolhem e interagem nesse processo de reconhecimento e autoafirmação/negação da identidade negra.

A raça e a identidade têm um papel importante na experiência na escola, influenciando a forma como os alunos se veem e se relacionam com colegas e professores. A escola é um lugar onde as pessoas constroem sua identidade, incluindo a questão étnico-racial. Por isso, criar ambientes acolhedores e respeitosos é essencial para fortalecer a autoestima dos estudantes e combater o racismo. Quando valorizamos as diferenças, ajudamos os jovens negros a se sentirem mais seguros e a desenvolverem um sentimento de pertencimento dentro da escola.

Sabemos que a escola, como um espaço de formação de cidadãos, deve atuar de forma constante e ativa no combate ao racismo. Isso quer dizer que não basta fazer campanhas temporárias ou ações pontuais; é importante manter um compromisso contínuo com a educação antirracista, que esteja presente em todas as disciplinas e atividades ao longo do ano. Esse compromisso envolve criar políticas educacionais que promovam a igualdade racial valorizem a diversidade, além de capacitar professores e funcionários para lidarem com questões de racismo e discriminação de forma eficaz. Também é fundamental envolver toda a comunidade escolar — alunos, pais, professores e funcionários — na construção de um ambiente mais inclusivo, acolhedor e respeitoso para todos.

Essa prática no ambiente escolar pode causar sérios impactos na autoestima e no desenvolvimento dos (as) alunos (as) da EJA. Segundo Gomes (2002), a escola não é apenas um lugar onde aprendemos conteúdos e conhecimentos, ela também transmite valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais.

O racismo é uma questão que envolve a cultura e a forma de pensar das pessoas. Para enfrentá-lo, é fundamental investir na educação. Por isso, é importante refletirmos



sobre como esse tema é abordado na escola, pois acreditamos que a educação tem o poder de mudar ideias, valores, culturas e comportamentos.

Uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2023) voltada para a educação, evidenciou que no Brasil, entre os jovens de 14 a 29 anos, cerca de 9 milhões não concluíram o ensino médio, seja por terem abandonado os estudos ou por nunca terem ingressado nessa etapa. Dentro desse grupo, 58,1% são homens e 41,9% são mulheres. Quando analisados por cor ou raça, 71,6% são pretos ou pardos, enquanto 27,4% são brancos. Nesse contexto entendemos a instituição escolar como um espaço em que se aprende e se compartilha não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade. Segundo Cavalleiro (2005, p.13):

O conflito e a discriminação raciais na escola não se restringem às relações interpessoais. Os diversos materiais didático-pedagógicos – livros, revistas, jornais, entre outros – utilizados em sala de aula, que, em geral, apresentam apenas pessoas brancas com e como referência positiva, também são ingredientes caros ao processo discriminatório no cotidiano escolar. Quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais apenas para ilustrar o período escravista do Brasil-Colônia ou, então, para ilustrar situações de subserviência ou de desprestígio social. A utilização de recursos pedagógicos com esse caráter remonta a um processo de socialização racista, marcadamente branco-eurocêntrico e etnocêntrico, que historicamente enaltece imagens de indivíduos brancos, do continente europeu e estadunidense como referências positivas em detrimento dos negros e do continente africano.

Lamentavelmente, apesar dos avanços, percebemos que a escola ainda é um local de perpetuação de práticas racistas e reprodutor de comportamentos eurocêntricos. Munanga (2001) afirma que isso ocorre devido ao preconceito incutido na cabeça dos professores, a dificuldade em lidar com a diversidade e o conteúdo preconceituoso dos materiais didáticos. Tudo isso desestimula e exclui o aluno negro, prejudicando seu aprendizado.

Nesse caso, é essencial uma reflexão acerca de nossas práticas sobre como construir uma educação antirracista. Cavalleiro (2000) entende a escola como um local privilegiado para o debate e propostas de mudança, sendo estes voltados para a divulgação do conhecimento e a necessidade de colocar em primeiro lugar o direito de todos os indivíduos viverem bem no mundo.



Portanto, apesar de ainda ser um local de reprodução de práticas preconceituosas, entendemos que é a própria escola o lugar ideal para discutir e mudar tal realidade e, também, assegurar que todos sejam aceitos independentemente de suas características físicas e de sua cor.

Conforme exposto em Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva (CEPESC, 2009), a escola, como parte da sociedade, reflete e tende a reproduzir desigualdades sociais, por outro lado, por ser um espaço especial onde são propostas interações coordenadas e planejadas, ela também tem uma grande capacidade de transformação destas mesmas relações desiguais. É o que se depreende dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), segundo os quais a escola é um local privilegiado para a promoção da igualdade e a eliminação de toda forma de discriminação e racismo, por possibilitar em seu espaço físico a convivência de pessoas com diferentes origens étnico-raciais, culturais e religiosas. E a sua atuação neste sentido deve ser intencional, sistemática, constante e obrigatória.

Segundo Ribeiro (2019, p.41), um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades.

Além de formar os profissionais da escola, ações antirracistas precisam ser desenvolvidas no cotidiano escolar a fim de que os estudantes se vejam representados e compreendam que pessoas negras podem estar em quaisquer espaços sociais. Nesse contexto, a Lei nº 10.639, de 2003, veio corrigir a ausência do continente africano, da história e da cultura da África e dos afro-brasileiros na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Conforme abordagem no caderno de Atividades Gênero e Diversidade na Escola, 2009, esta lei representou um passo importante no caminho de uma pedagogia e de uma didática que valorizam a diversidade étnico-racial e cultural presente no Brasil e que é apoiada pelo Parecer 03/2004, do Conselho Nacional de Educação. Editado com a intenção de orientar administradores dos sistemas de ensino e de estabelecimentos de ensino, assim como os/as seus/suas professores/as, na formulação de projetos comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, o parecer reconhece



que tal educação “impõe aprendizagens entre brancos/as e negros/as, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual, equânime”.

Acrescenta ainda, que a lei é um mecanismo importante, principalmente na diminuição do desgaste energético por parte da militância. O professor não deve abordar em sala de aula a cultura africana, afro-brasileira e indígena pela obrigatoriedade legal, mas sim pela consciência de reparação histórica. Entretanto, a lei é importante, pois, onde a consciência não chega, a obrigatoriedade legal age.

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (Almeida, 2018, p.25).

O racismo pode ser visto como uma ferramenta ideológica utilizada para justificar a dominação e exploração de diversos povos. A hierarquização racial desempenhou um papel central na exploração e pilhagem do continente africano, facilitando a colonização e a escravização no Brasil. Esse sistema de crenças, que defende a superioridade de certas raças sobre outras, continua a alimentar a exclusão social até os dias de hoje (Santos, 2002).

O racismo está presente em toda sociedade e dentro do ambiente escolar não é diferente, ele se reproduz por meio do preconceito e dos estereótipos acerca da população negra. Não está ligado ao indivíduo e sim à concepção social de raça.

Segundo Gonzalez (2010) além de existir um forte e inegável sexismo na sociedade brasileira, havia preconceitos e desigualdades entre “raças”. Para Lélia, “os efeitos das desigualdades raciais são muito mais contundentes que os da desigualdade sexual” (1981, p. 8).

Gonzalez (2010) comenta, ainda, que esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual, de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente.

Silva (2021) argumenta que o foco na questão racial não desconsidera outros relevantes marcadores sociais (classe, gênero, etário, orientação sexual, deficiência etc.) que incidem sobre o perfil discente, mas sim suscitar o debate, sobretudo, aos profissionais da educação que atuam nessa modalidade de ensino, a respeito dos



significados de desenvolver práticas educativas no contexto de uma “EJA popular negra”.

## 1. TRILHANDO PELO CAMINHO DA INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade, conforme proposta por Collins e Bilge (2021), é uma ferramenta analítica que examina como as relações de poder impactam as interações sociais em contextos diversos e como essas dinâmicas influenciam as experiências individuais no cotidiano. Essa abordagem reconhece que categorias como raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, idade, entre outras, não existem de forma isolada, mas estão profundamente conectadas e se interagem, moldando-se mutuamente. A interseccionalidade, portanto, serve para compreender a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas, oferecendo uma forma de analisar as múltiplas dimensões das identidades e suas interações.

Enquanto metodologia, a interseccionalidade, possibilita uma análise aprofundada das desigualdades sociais, oferecendo uma lente crítica para examinar como os diferentes sistemas de opressão se articulam.

Segundo Gonzalez (2010) o perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual, de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas, possibilidades de escapar às limitações, de uma posição social baixa são menores que a dos brancos da mesma origem, social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas.

Silva (2009) argumenta que os negros e negras são a maior parte do público de jovens e adultos que recorrem às turmas de EJA. De posse dessas informações, é necessário refletir sobre a realidade que a nós se apresenta. Inicialmente, percebe-se grande proporção de evasão escolar dessa parcela da população. Trata-se, certamente de um problema de base econômica, mas é necessário que não se perca de vista que o racismo estrutural é a explicação mais cabível. Para combatê-lo é necessário não apenas políticas de equidade social, mas também transformações culturais advindas da inclusão do tema do racismo nas pautas educacionais, da presença de negros em espaços de produção de representações, tais como os meios artísticos, publicitários e acadêmicos.

Silva (2009) acrescenta que a EJA aparece pode se converter em um desses lugares de enfrentamento do racismo no terreno educacional na medida em que dá acesso à



educação escolar para esses homens e mulheres negros que se viram alijados do processo de aprendizagem oficial.

## **METODOLOGIA**

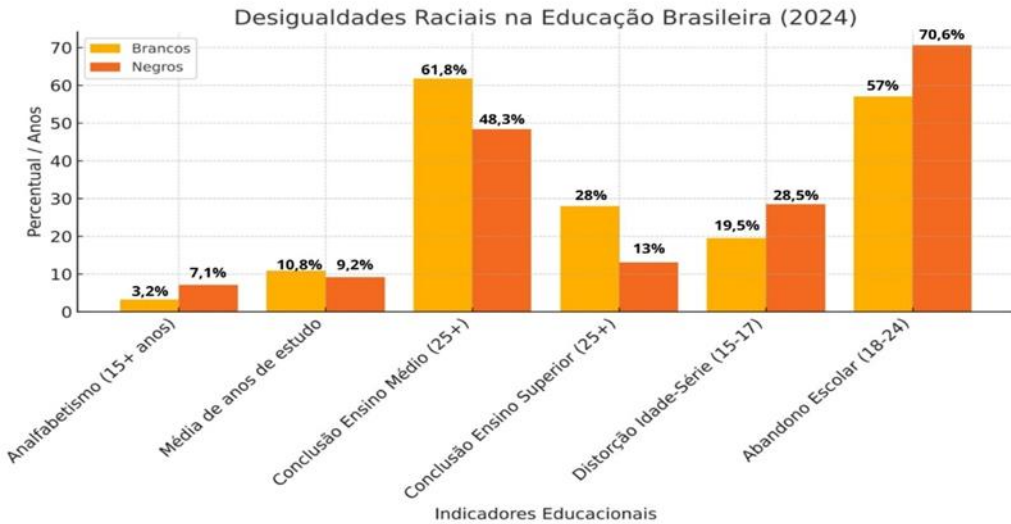
Para realizar essa pesquisa, optamos por realizar um levantamento bibliográfico e documental a respeito das experiências vividas pelos alunos da EJA e como os marcadores sociais: gênero, classe e raça influenciam essa modalidade de ensino. Essa escolha se deve ao fato de que permite uma análise crítica dos documentos de diversas origens, por parte do pesquisador, e ela valoriza a ratificação e a validação de informações em diferentes pontos de vista, reconhecendo que documentos são fontes de dados ricos e que sobrevivem ao tempo, preservando informações que não seriam mais acessíveis de outra forma.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Segundo MEC (2006), como configuração das precárias condições ofertadas a um indivíduo ou população e caracterizada pelo não acesso a seus direitos sociais básicos, temos a exclusão social. Que se torna evidente quando nos deparamos com a desigual distribuição de renda, bens e serviços como educação e saúde, vinculadas à ausência do Estado no que tange às políticas que propiciem esse acesso. O universo das desigualdades no Brasil pode ser evidenciado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Desigualdade racial na educação brasileira (2024).





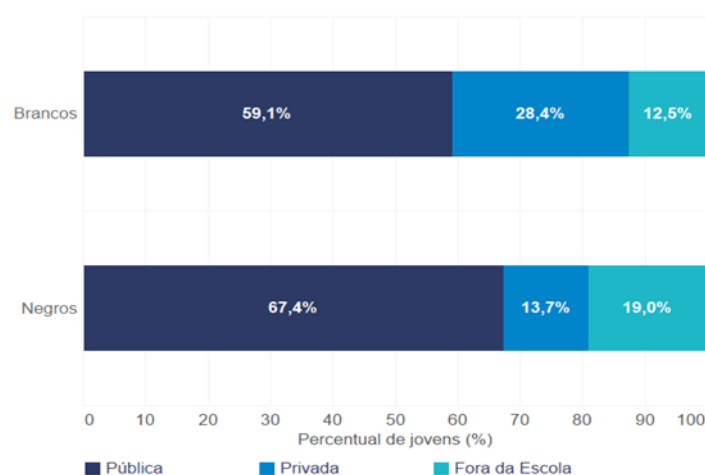
Fonte: Agência Brasil - IPEA - MEC - Observatório Brasileiro das Desigualdades

Os dados do gráfico nos auxiliam a pensar que o cenário de desigualdades raciais no Brasil a violência física tem sido apenas um aspecto da exclusão da população negra. Da exploração do trabalho infantil de crianças negras, o que incide diretamente em seu acesso precário à educação básica e, portanto, ao ingresso no ensino superior, descobrimos que a garantia de direitos básicos se relaciona a uma perspectiva racial. Foucault (2010) argumenta que o racismo deve ser visto como uma forma de tecnologia de poder, exercida pelas autoridades para regular, promover e controlar a vida das pessoas.

De acordo com o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, do IBGE, em 2018, a taxa de analfabetismo entre a população negra era de 9,1%, cerca de cinco pontos percentuais superior à da população branca, de 3,9%. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também do IBGE, o percentual de jovens negros fora da escola chega a 19%, enquanto a de jovens brancos é de 12,5% (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Representação dos jovens fora da escola.



Fonte: IBGE

Refletindo acerca dos dados do IBGE (2018), acima, percebemos que é evidente que a população negra enfrenta as maiores barreiras no acesso à educação formal. Quando essa oportunidade se apresenta, muitas vezes é em condições precárias, com um atendimento que deixa a desejar. Isso se deve à falta de infraestrutura adequada nas instituições, à insuficiência de recursos que promovam uma aprendizagem eficaz, como a remuneração justa de professores e funcionários, e à escassez de escolas em áreas marginalizadas, entre outros fatores.

Entendemos que o sujeito negro está, de certa forma, morto em sua totalidade dentro do sistema educacional. Ou ele não se faz presente fisicamente, intelectualmente ou historicamente, ou é relegado à posição de alguém que pode ser facilmente descartado. Em outras situações, ocorre sua assimilação, onde é fundamental que se aproxime o máximo possível do padrão branco. Ao aluno negro, resta o papel do “não-ser”, como apontam Fanon (2008) e Neuza Santos (1983), pois ele sente a necessidade de se adequar ao ideal branco. No entanto, como não consegue se encaixar, sua ontologia precisa ser eliminada. Podemos então pensar que uma necroeducação (Silva, 2019) é construída quando observamos o apagamento, a subalternização, a animalização, o silenciamento dos alunos negros e de sua (sub) representação no sistema educacional, quando se está exercendo o direito de deixar morrer aquele que se quer extinguir. Temos uma política de morte epistêmica, simbólica, imagética, identitária do negro nas políticas escolares, nos currículos, nas práticas pedagógicas cotidianas, nas falas dos professores, na estrutura e na organização institucionais.



As estratégias de combate ao racismo devem ter, portanto, lugar privilegiado na EJA, uma vez que o preconceito racial é entendido como um problema cultural, de mentalidade “[...] logo seu combate passa a ser caracterizado como uma intervenção educativa, pedagógica [...]” (Arroyo, 2007 p. 113). Então, acreditamos que a EJA pode ser um espaço educativo capaz de transformar essa realidade. Segundo Gomes (2005),

A realização de um trabalho pedagógico que discuta a questão racial nas práticas de EJA carrega em si uma complexidade: ao mesmo tempo em que se faz necessária a luta pela inclusão pedagógica dessa questão nos currículos e práticas de EJA, é necessário reconhecer que a questão racial já está presente na EJA por meio dos sujeitos que participam das práticas educativas voltadas para jovens em todo país (Gomes, 2005, p. 93).

Autores como Miguel Arroyo (2011), Nilma Lino Gomes (2011), Olga Celestino Durand (2011), pontuam que os sujeitos da EJA apresentam uma relação tensa com os saberes escolares, permeada por reprovações, rotulações, padrões e exclusões. As fissuras no sistema educacional alijam os estudantes da escola e na EJA sugere-se que possam estabelecer novas interações.

É possível compreender que questionar a educação escolar e sua relação com as desigualdades raciais torna-se caminho necessário para a construção de espaços escolares que pensem os saberes de modo não hierarquizado e que respeitem as diferenças de seus sujeitos. Principalmente, os sujeitos da EJA.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades raciais no Brasil têm dificultado que milhões de negros e negras tenham acesso aos seus direitos básicos. Essa realidade, que tem sido cada vez mais discutida na mídia, em estudos, estatísticas e ações do governo, mostra que o racismo afeta a vida da população negra em várias áreas, como trabalho, educação, saúde, moradia e até na expectativa de vida.

O racismo está presente em toda sociedade e dentro do ambiente escolar não é diferente, ele se reproduz por meio do preconceito e dos estereótipos acerca da população negra. Não está ligado ao indivíduo e sim à concepção social de raça.

Para assegurar que o direito social e humano à Educação de Jovens e Adultos seja realmente cumprido, é preciso enfrentar o desafio de combater o racismo, o preconceito



e a discriminação racial. Esse é um esforço que também envolve os profissionais da educação. Nesse sentido, reconhecer que a EJA tem uma forte ligação com a cultura negra pode ser um passo importante para avançar nessa direção.

Corpos negros em suas construções históricas sempre foram violentados, discriminados, passaram e ainda passam por situações ofensivas nas escolas, nos ambientes de trabalho, nas famílias e na sociedade de um modo geral. Optar por jovens e mulheres negras, estudantes da EJA para se discutir racismo é uma das tentativas que podem mudar o olhar de sujeitos negros ou não para a luta antirracista.

Esperamos que as instituições possam repensar seus currículos de formação docente, que as universidades efetivem seu papel de formadora de profissionais com qualidade, capazes de ler a história passada, trazê-la para a compreensão da história presente para que a nova geração dê conta de minimizar as consequências causadas pelo racismo velado muitas vezes e por outras, justificado de um modo indecente e assim propor um futuro mais ético e digno em relação ao modo de ser e viver de cada realidade. Que essas ações contemplem verdadeiramente a população negra que tem uma vasta contribuição neste país e que as famílias não se eximem de suas responsabilidades no combate ao racismo.

É possível concluir que as questões de gênero, raça e classe devem ser enfrentadas conjuntamente, visando a construção de uma sociedade mais justa com oportunidades iguais a homens e mulheres, brancos ou negros, ricos ou pobres.

Por fim, ressaltamos que esse estudo é uma contribuição significativa para a área da Educação, pois trouxe um diálogo entre racismo, identidade e interseccionalidade no ambiente escolar, instigando uma consciência histórica de valores mais respeitosos e relevantes, pela busca de espaço e ampliação das reflexões em torno da questão racial. Nesse sentido, pode-se dizer, que a escola é um terreno fértil para grandes revoluções e para a luta antirracista.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Ilanna Brenda Mendes, NERES, Efigênia Alves. **Gênero, raça e classe na EJA: trajetória de vida de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional.** Congresso Brasileiro de corpo, raça, sexualidade e gênero, nº01, dezembro/2019.



CRENSHAW, Kimberlé. **Interseccionalidade: o que é qual a importância desse conceito**. Disponível em: <https://www.blend-edu.com/> Acesso em: 02 de dez de 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo como símbolos da identidade negra - Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONZÁLEZ, Lélia , RATTs, Alex e RIOS, Flavia. **Retratos do Brasil Negro** – São Paulo: Editora Selo Negro, 2010.

MEC. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **A identidade negra no contexto da globalização**. IN: Ethnos Brasil, Ano I nº 1, março de 2002, pp.11-20. – UNESP.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** P.17. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Acessado em: 30 de novembro de 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista** – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

